**TERMO DE REFERÊNCIA- SRP
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO**

FORNECIMENTO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, PARA 31 (TRINTA E UM) VEÍCULOS, PERTENCENTE À FROTA DE PROPRIEDADE DA 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA, LOCALIZADA EM ARACAJU, ESTADO DA SERGIPE.

DEZEMBRO/2024

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	5
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	5
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	13
7.	VISITORIA.....	13
8.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	13
9.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14
10.	PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	15
11.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	15
12.	REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	16
13.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	16
14.	MULTAS	17
15.	GARANTIA DE EXECUÇÃO	18
16.	FISCALIZAÇÃO.....	19
17.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	20
18.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	20
19.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	20
20.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	21
21.	MATRIZ DE RISCOS	22
22.	CONDIÇÕES GERAIS	22
23.	ANEXOS.....	23

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de Seguro Total e Assistência 24 (Vinte E Quatro) horas, para 31 (Trinta e Um) Veículos, pertencente à frota de propriedade da 4ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, localizada em ARACAJU, estado de Sergipe:

RESUMO		
GRUPO	ITENS	VALOR - R\$
GRUPO I	1 -- 10	37.772,24
GRUPO II	11 -- 12	8.994,00
GRUPO III	13 -- 14	8.659,12
GRUPO IV	15 -- 17	10.169,75
GRUPO V	18 -- 23	24.561,10
GRUPO VI	24 -- 27	18.635,26
GRUPO VII	28 -- 31	19.454,78
TOTAL		128.246,25

- 1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

- Aberto para participação das empresas que exerçam atividade de seguros privados.
- Não poderão participar da presente licitação os corretores de seguros ou intermediários, em razão da vedação constante nos seguintes diplomas legais: a) parte final do caput do art. 122 do Decreto-Lei nº 73, de 1966; b) parte final do caput do art. 100 do Decreto nº 60.459, de 1967; e c) parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 59.417 de 1966, além das Decisões do Tribunal de Contas da União – TCU nº 400/1995 – Plenário e 600/2015 – Plenário.
- Os participantes da presente licitação não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte na Lei Complementar nº 123/06, pois para executar a contratação requerida a licitante Contratada exercerá atividade de seguros privados, conforme disposto no inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

- 1.1.2. A contratação deverá obedecer aos detalhamentos técnicos e operacionais, especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos/serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA – 4ª/GRA – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços, objetos deste Termo de Referência.

4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Aracaju, Sergipe, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CATSER - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1. **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços
- 3.2. **Valor estimado:** Público
- 3.3. **Critério de Julgamento:** Menor Preço
- 3.4. **Forma de Fornecimento:** Integral
- 3.5. **Intervalo mínimo entre os lances:** 0,5% (cinco décimos) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4. LOCALIZAÇÃO E ACESSO ÀS UNIDADES GESTORAS DA CODEVASF

- 4.1. Os veículos da 4ª Superintendência Regional da Codevasf encontram-se nas seguintes localidades:
 - a) Sede da 4ª Superintendência Regional da Codevasf - 4ª SR - Av. Beira Mar, nº 2150, Jardins, CEP: 49025-040 – Aracaju/SE.
 - b) Escritório de Apoio Técnico de Propriá – 4ª/EPR - Praça Fausto Cardoso, 09, CEP: 49900-000 – Propriá/SE.
 - c) Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume – 4ª/CIB - SE 120 - km 10, s/n, Zona Rural, CEP: 49980-000 – Neópolis/SE.
- 4.2. A prestação dos serviços poderá englobar locais, quantitativos e veículos não relacionados neste Termo de Referência, buscando atender a eventuais necessidades de quaisquer outros veículos que fazem ou vierem a fazer parte da frota da CODEVASF, bem como a exclusão de veículos no decorrer do contrato.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Da Apólice:

- 1) A emissão deverá resultar em uma única apólice para os itens cotados, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.
- 2) Deverá ser emitida uma apólice para os veículos constantes na planilha anexa, devendo constar, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
 - b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
 - c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado, no caso 100%, conforme tabela FIPE;
 - d) Prêmios discriminados por cobertura;
 - e) Limites de indenização por cobertura, como responsabilidade civil facultativa (RCF), Acidente por Passageiro (APP), Franquia Aplicável e demais identificações necessárias;
 - f) Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros, o qual não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
- 3) A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

- 4) Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.
- 5) O fato da seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

5.2. Da Avaria:

- 1) Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.
- 2) Após procedimento de recuperação, pela CONTRATANTE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.
- 3) Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 4) Não se exigirá que o licitante realize vistoria da frota. Entretanto, futura manifestação quanto às dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 5) Caso a licitante deseje fazer a vistoria, esta deverá ter agendada a data e horário com o setor responsável (4ª/GRA/USA), pelo telefone (79) 3194-4205 / (79) 3194-4273, informando o dia e hora que deseja fazer a vistoria.

5.3. Do Aviso de Sinistros:

- 1) A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 2) A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 3) Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 4) Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

5.4. Do Endosso:

- 1) Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela CONTRATANTE e processada pela CONTRATADA, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte da CONTRATANTE, aplicando-se as regras constantes:

a) Da Inclusão e Substituição:

- i) Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação;

- ii) A CONTRATANTE poderá solicitar inclusão, durante a vigência da apólice, por meio de endosso de inclusão, sem necessidade de emissão de termo aditivos;
- iii) Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;
- iv) A devolução deverá ser realizada mediante impressão de Carta de Crédito, devendo a empresa enviá-la à CONTRATANTE para a devida aprovação dos valores e indicação da melhor forma de sua devolução, que poderá ser o abatimento do valor do prêmio das apólices;
- v) Caberá à CONTRATANTE, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor;

b) Da Exclusão:

- i) Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula: $X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde: X = Valor anual do prêmio por veículo; 12 = Número de meses; Y = Valor mensal do prêmio por veículo; Z = Número de meses restantes para o término da apólice; VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.
 - ii) O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.
 - iii) Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.
 - iv) A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão de Carta de Crédito e/ou GRU para o respectivo pagamento do valor, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à CONTRATANTE.
- 2) Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto dessa contratação, durante o período de sua vigência.
 - 3) A emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela CONTRATANTE.
 - 4) Os endossos, devidamente autorizados pela autoridade competente, comprovarão as alterações contratuais durante o período anual de execução, que deverão ser consolidadas a fim de emissão do Termo Aditivo no momento da renovação/prorrogação anual do contrato.

5.5. Da Franquia:

- 1) A franquia considerada é a obrigatória, observado, o seguinte:
 - a) A franquia do seguro será reduzida.
 - b) Os valores estimados a título de franquia não poderão ultrapassar os estabelecidos para qualquer dos itens discriminados na planilha da frota no Anexo.

- c) Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- d) Os valores das franquias (para-brisas, para-choques, retrovisores, faróis e lanternas) deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo estabelecido na alínea “e”.
- e) Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, para-choques, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o título desta especificação.
 - i. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
- f) Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.
- g) Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CONTRATANTE, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com a CONTRATANTE, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- h) Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CONTRATANTE, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- i) Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

5.6. Dos Salvados:

- 1) Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.
- 2) É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

5.7. Dos Sinistros:

- 1) Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:
 - a) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
 - b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
 - c) Raios e suas conseqüências;
 - d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
 - e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;

- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
 - i. Em casos de que trata a alínea acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- h) Granizo;
- i) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- j) Quebra de para-brisas e para-choques, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores;
- k) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais);
- l) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- m) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
 - i. Chaveiro;
 - ii. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;
 - iii. Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
 - iv. Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.
- n) A vistoria do sinistro será inspecionada pela seguradora através de peritos habilitados, em caso de sinistro, para verificar os danos ou prejuízos sofridos.
- o) A vistoria prévia é facultativa antes da aceitação do risco para verificação das características e estado de conservação dos veículos.

5.8. Da Regulação de Sinistro:

- 1) Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 2) Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 3) Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.
- 4) Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 5) Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

6) O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

a) Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

7) Fica ajustado e entendido que se o sinistro ocorrer dentro do prazo de convocação para assinatura do contrato, sem que ela se ache efetuada, o direito à indenização não será prejudicado, se o prêmio respectivo for pago no prazo estipulado no Termo de Referência.

5.9. Da Indenização:

- 1) Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.
- 2) Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 3) Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

5.10. Da Indenização Integral:

- 1) Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado, conforme CIRCULAR SUSEP 306/2005.
- 2) Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 3) Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

5.11. Do questionário de Avaliação de Risco:

- 1) Os veículos são conduzidos por empregados ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias - Norma de Transporte Terrestre (N-214) da CODEVASF.
- 2) Na CONTRATANTE os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.
- 3) Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.
- 4) Diante das informações fornecidas nos subitens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

5.12. Das Indenizações e Prestações de Serviços:

- 1) O seguro, com ASSISTÊNCIA 24 HORAS deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e ao transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

- a) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e espelhos retrovisores;
- b) Danos causados ao veículo durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- c) Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotagem e abalroamento, ainda que com veículos da própria CODEVASF;
- d) Raio e suas consequências;
- e) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- f) Queda em precipício ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- g) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- h) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo:
 - i. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- i) Granizo;
- j) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos materiais e pessoais);
- k) Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez);
- l) Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- m) Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores;
- n) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços:
 - i. Chaveiro;
 - ii. Assistência com socorro mecânico;
 - iii. Guincho dentro e fora da cidade de Aracaju/SE, com quilometragem ilimitada;
 - iv. Transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;
 - v. Transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.
- o) CASCO: Valor para cobertura de, no mínimo, 100% (cem por cento) da tabela FIPE;
- p) Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br;
- q) Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela;
- r) Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela CONTRATANTE, independentemente da quilometragem rodada no período;

- i. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
- s) DANOS MATERIAIS: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por veículo, e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por moto.
- t) DANOS CORPORAIS: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por veículo, e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por moto.
- u) CAPITAL SEGURADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE MORTE: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- v) CAPITAL SEGURADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE INVALIDEZ: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- w) Em caso de sinistro ou acidente, a CONTRATADA disponibilizará veículo reserva durante todo o período em que o veículo segurado se encontrar em oficina credenciada para os reparos. O veículo reserva deverá ser de modelo compatível com o veículo segurado.
- x) O carro reserva só será exigido nos casos em que o sinistro atingir o valor da franquia.
- y) O período de eventual disponibilização do carro reserva não deverá ser inferior a 30 (trinta) dias.
- z) Para os veículos do tipo caminhão, furgão, motocicleta e van/micro-ônibus, a CONTRATANTE poderá dispensar o veículo reserva, desde que a CONTRATADA demonstre sua indisponibilidade de reposição no mercado.
- aa) A CONTRATADA deverá manter um disque 0800 para comunicação com a CONTRATANTE.
- bb) A CONTRATADA poderá utilizar-se de sistema de rastreamento e outras tecnologias eletrônicas e/ou de satélite, a serem instalados nos veículos, a fim de garantir a segurança dos mesmos e a sua rápida localização, sem ônus para a contratante.

5.13. Da cobertura:

- 1) O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas: Colisão (avaria); Capotagem; Granizo; Submersão Total ou Parcial; Incêndio; Roubo; Furto; Responsabilidade Civil Facultativa – RCF; Acidentes Pessoais de Passageiros – APP; Assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica e chaveiro), e Utilização de Táxi Pago pela Seguradora; e Cobertura de Vidros e Retrovisores.
 - 2) Os valores a serem segurados deverão obedecer aos correspondentes à relação a seguir discriminada: Valor Segurado de cada veículo Danos Materiais a Terceiros (máximo) Danos Pessoais a Terceiros (máximo) Acidentes Pessoais aos Passageiros (em caso de morte ou invalidez) Valor de Mercado (constante na tabela FIPE) R\$100.000,00 (veículos) R\$ 50.000,0 (moto) R\$ 100.000,00 (veículos) R\$ 50.000,00 (moto) R\$ 25.000,00
 - 3) Todos os nossos veículos, quando não estão em viagem, estão guardados em garagens.
- O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:
- a. Lei nº 14.133/2021
 - b. Lei nº 13.303/2016
 - c. Decreto nº 7.892/2013.
 - d. IN nº 58/2022, 08/08/2022
 - e. Regimento Interno de Licitações da Codevasf.

- f. CI nº 17/2023 - PR/GB
- g. Norma nº 440/2023 – Codevasf

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1.1. Aberta para participação das empresas que exerçam atividade de seguros privados.
- 6.1.2. Não poderão participar da presente licitação os corretores de seguros ou intermediários, em razão da vedação constante nos seguintes diplomas legais: a) parte final do caput do art. 122 do Decreto-Lei nº 73, de 1966; b) parte final do caput do art. 100 do Decreto nº 60.459, de 1967; e c) parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 59.417 de 1966, além das Decisões do Tribunal de Contas da União – TCU nº 400/1995 – Plenário e 600/2015 – Plenário.
- 6.1.3. Os participantes da presente licitação não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte na Lei Complementar nº 123/06, pois para executar a contratação requerida a licitante Contratada exercerá atividade de seguros privados, conforme disposto no inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

6.2. CONSÓRCIO

- 6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

- 6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADE COOPERATIVA

- 6.4.1. Os participantes da presente licitação não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte na Lei Complementar nº 123/06, pois para executar a contratação requerida a licitante Contratada exercerá atividade de seguros privados, conforme disposto no inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

7. VISITORIA

- 7.1. Não se exigirá que o licitante realize vistoria da frota. Entretanto, futura manifestação quanto às dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecido.
- 7.1.1. Caso a licitante deseje fazer a vistoria, esta deverá ser agendada a data e horário com o setor responsável (4ª/GRA/USA), pelo telefone (79) 3194-4279.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da licitante, exclusivamente como contratada, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na prestação de serviço de seguro de veículos ou serviços similares ao objeto desta licitação:

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1. As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa.

9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de: **R\$ 128.246,25 (cento e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, a preços de novembro/2024, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

RESUMO		
GRUPO	ITENS	VALOR - R\$
GRUPO I	1 -- 10	37.772,24
GRUPO II	11 -- 12	8.994,00
GRUPO III	13 -- 14	8.659,12
GRUPO IV	15 -- 17	10.169,75
GRUPO V	18 -- 23	24.561,10
GRUPO VI	24 -- 27	18.635,26
GRUPO VII	28 -- 31	19.454,78
TOTAL		128.246,25

A cotação pretende atender o artigo 15, do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEVASF no tocante a cotação de preço, que diz:

“Para a contratação de bens e outros serviços, o procedimento de pesquisa de preços a ser realizado nas licitações, deverá observar os seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico: <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;

II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de 3 (três) preços ou fornecedores."

Cabe aqui destacar que usamos dessa excepcionalidade, tendo em vista a dificuldade de se obter cotação junto às corretoras.

Encaminhamos e-mails à 13 (treze) corretores de seguros e tentamos entrar em contato, por telefone, sem sucesso, inclusive reiterando-os, porém, só obtivemos a resposta de 1 (uma) corretora.

Em busca no site Banco de Preços, não conseguimos encontrar orçamentos compatíveis com os da Codevasf, tendo em vista a particularidade da "Classe de Bônus" dos nossos veículos, que interfere na cotação dos mesmos.

9.2. Em conformidade com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, art.17º:

" A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil."

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado anualmente até o máximo de 5 anos, na forma da lei 13.303 de 2016.

10.1.1. Após a homologação do resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assiná-lo, contados a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, Edital e Legislação.

10.1.2. O prazo para retirada do instrumento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF

10.1.3. Quando a licitante convocada não assinar o instrumento no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocada outra licitante para sua assinatura, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. A CONTRATADA deverá apresentar Recibo de Pagamento, para fins de liquidação e pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice e os devidos abatimentos, caso tenham Carta de Crédito emitidas, com preenchimento por parte de pessoa habilitada para tal.

11.2. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à execução dos serviços caberá ao fiscal do contrato ou a outro funcionário designado para esse fim.

11.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura e dos documentos comprobatórios da condição de habilitação no momento da contratação ao protocolo da Sede da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, considerando os serviços contratados pela CODEVASF/Recibo de Pagamento no período.

11.4. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à CODEVASF, juntamente com a nota fiscal/fatura, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, da documentação a seguir relacionada referente ao serviço prestado:

a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - d) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Federal;
 - e) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e,
 - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 11.5. Constatando-se alguma incorreção nesses documentos ou qualquer outra circunstância que desaconselhe seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização.
- 11.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documentação discriminada no subitem 11.4, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- 11.7. A não apresentação da documentação de que trata o subitem 11.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato.
- 11.8. À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que os serviços foram executados em conformidade com as especificações contratadas.
- 11.9. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 0,5% a. m. (meio por cento ao mês), ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 11.10. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM= Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
- 11.11. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

12. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 13.1. Caso o ocorra assinatura do contrato (ou instrumento equivalente), os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente à data de apresentação da Proposta

- 13.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste
- 13.1.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.1.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

14. MULTAS

- 14.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 14.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%

Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%
---	----	-----

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 14.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 14.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.
- 14.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:
- A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente
 - Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Unidade Regional de Finanças – 4ª/GRG/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 14.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 14.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 14.8. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 14.9. Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.
- 15. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 15.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do

instrumento, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

- 15.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.
- 15.3. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Área Unidade Regional de Finanças – 4ª/GRG/UFN da Codevasf.
- 15.4. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, devendo mantê-la atualizada a garantia até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 15.5. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato, será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 15.6. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 15.7. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 15.8. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 15.9. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 15.10. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 - a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Codevasf à contratada; e
 - c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

16. FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 16.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 16.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso,

obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

- 16.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área da 4ª/GRA/USA - Unidade Regional de Patrimônio, Logística e Serviços Auxiliares, responsável pela execução do contrato.
- 16.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 16.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área da 4ª/GRA - Gerência Regional de Administração e Tecnologia da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 16.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 16.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 16.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 17.1. Com apresentação da apólice definitiva aprovada pela fiscalização do contrato da 4ª Superintendência Regional a Codevasf.
- 17.2. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
 - a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
 - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e
 - c) Liberação da Garantia de Execução (caução).

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 18.1. Não se vislumbra para o presente objeto impactos ambientais relevantes ou extraordinários, fora do comumente esperado das atividades econômicas ordinárias de prestação de serviços, que necessitem, portanto, de medidas de tratamento especiais por parte da Administração, ou estipuladas pela Administração para cumprimento da futura contratada, além daquelas usualmente exigidas nos editais de licitação.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 19.1. Além das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, deve:
 - 19.1.1. Comunicar de forma documentada e assinada, qualquer alteração contratual, a qual dependerá da concordância da CONTRATANTE.

- 19.1.2. Comunicar de forma documentada e assinada qualquer fato superveniente na prestação do serviço contratado.
- 19.1.3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista.
- 19.1.4. Acatar as orientações do Gestor/Fiscal do contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 19.1.5. Prestar esclarecimento à CODEVASF sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.
- 19.1.6. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.
- 19.1.7. Refazer os serviços que, a juízo da Fiscalização, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- 19.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 19.1.9. Executar os serviços contratados e solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego adequado.
- 19.1.10. Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações desse Termo de Referência e melhores práticas aplicadas, além da rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, desde que aprovado pela CONTRATANTE.
- 19.1.11. Atender com prioridade as solicitações da CONTRATANTE, garantindo a execução dos serviços com qualidade, presteza e agilidade.
- 19.1.12. Não aplicar materiais/serviços não especificados sem prévia autorização do fiscal do contrato.
- 19.1.13. Responsabilizar-se por serviços executados pelas oficinas por ela credenciadas.
- 19.1.14. Facilitar à CODEVASF a fiscalização dos serviços prestados.
- 19.1.15. Responsabilizar-se única, integral e diretamente pelos serviços contratados e obrigações assumidas, nos termos deste instrumento e da legislação vigente, inclusive a liquidação de sinistros e pagamentos de indenizações, mesmo que o seguro tenha sido distribuído por meio de resseguro/cosseguro.
- 19.1.16. Cumprir e fazer cumprir os dispostos nos normativos da SUSEP e Legislação Nacional.
- 19.1.17. Fornecer manual ou documento equivalente, em português, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens objeto deste Termo de Referência.
- 19.1.18. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas e impostos relativos a essa contratação, inclusive o Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF, uma vez que a CODEVASF não é isenta de tributos.

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 20.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

- 20.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 20.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 20.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 20.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

21. MATRIZ DE RISCOS

- 21.1. A matriz de risco está apresentada no anexo VI deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 21.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 21.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 21.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 21.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 21.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 21.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 21.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 21.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 21.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

22. CONDIÇÕES GERAIS

- 22.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independentemente de transcrições.

23. ANEXOS

23.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Planilhas de Quantidades e Preços Orçados (detalhamento dos veículos)
- Anexo III – Modelo de Planilha de Preços

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

RAFAEL BARBOSA DA SILVA

Analista de Desenvolvimento Regional

4ª/GRA/USA

DE ACORDO:

DEJAIR BENJAMIM DE OLIVEIRA JUNIOR

Gerente Substituto da Gerência Regional de Administração e Tecnologia

4ª Superintendência Regional da Codevasf – 4ª SR

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE:

THOMAS JEFFERSON FRANÇA DA COSTA

Superintendente Regional 4ª SR

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

A 4ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, localizada em ARACAJU, estado de Sergipe, possui uma frota de veículos essencial para suas operações diárias. Considerando os riscos inerentes à circulação veicular, é fundamental proteger os ativos da empresa, garantir a segurança dos funcionários e terceiros, além de minimizar os custos operacionais.

Objetivos:

1. Proteger os ativos da empresa contra perdas ou danos.
2. Garantir a segurança dos funcionários e terceiros.
3. Minimizar custos operacionais.
4. Cumprir exigências legais e regulamentares.
5. Manter a continuidade dos serviços.

Riscos associados à frota:

1. Acidentes e colisões.
2. Roubo e furto.
3. Danos materiais.
4. Responsabilidade civil.
5. Interrupção de serviços.
6. Perda de produtividade.
7. Danos ambientais.

Benefícios do seguro veicular:

1. Cobertura financeira em caso de sinistros.
2. Redução de custos operacionais.
3. Proteção contra responsabilidade civil.
4. Garantia de continuidade dos serviços.
5. Mitigação de riscos.
6. Conformidade com legislação.
7. Melhoria da imagem institucional.

Isso demonstra responsabilidade e compromisso com a gestão eficiente de recursos públicos, além de atender, também, ao compromisso firmado pela CODEVASF no Acordo Coletivo de Trabalho com seus empregados.

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

Após uma análise detalhada das necessidades da 4ª Superintendência Regional da Codevasf em relação à segurança da frota veicular, foi identificada a necessidade de contratar um seguro veicular. Esta justificativa apresenta a solução mais adequada para atender essa necessidade. A realização da licitação e posterior contratação de seguro veicular através do Sistema de Registro de Preços apresenta-se viável, oferecendo cobertura ampla, custo-benefício e atendimento eficiente.

Da adoção do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns (ou serviços comuns de engenharia). A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do serviço objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

Foi adotado o Sistema de Registro de Preços, pois o serviço, objetos da licitação, é considerado serviço comum, ou seja, os padrões de desempenho e qualidade são definidos por especificações usuais no mercado e estão disponíveis para compra e contratação a qualquer momento.

Justifica-se o uso da modalidade SRP – Sistema de Registro de Preços considerando a flexibilidade desta modalidade de contratação, visando atendimento das demandas previamente levantadas/identificadas.

Há que se ressaltar ainda que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento que viabiliza diversas contratações de compras, esporádicas ou sucessivas, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório para cada aquisição, otimizando o tempo e os gastos com o erário.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

Em conformidade com a legislação para o tipo de licitação em questão.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona): Não – Tendo em vista a especificação do objeto, não há a opção de adesão à Ata de Registro de Preços e nem de aquisição compartilhada.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Dos requisitos de aceitação das propostas:

A Codevasf se propõe a pagar pelo serviço, objeto desta licitação o valor máximo global de **R\$ 128.246,25 (cento e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, sendo o valor máximo global, a preços de novembro/2024, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência. Conforme Acórdão nº 7.213/2015 TCU 2º Câmara

Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de fornecer o objeto com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação:

Não se vislumbra para o presente objeto impactos ambientais relevantes ou extraordinários, fora do comumente esperado das atividades econômicas ordinárias de prestação de serviços, que necessitem, portanto, de medidas de tratamento especiais por parte da Administração, ou estipuladas pela Administração para cumprimento da futura contratada, além daquelas usualmente exigidas nos editais de licitação.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

Justificativa para 07 (sete) Grupos: Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas nos Estudos Técnicos Preliminares, e ainda em razão da especificidade de execução que compreende 07 (sete) unidades administrativas distintas e visando ampliar o caráter competitivo da licitação considerando que a divisibilidade do objeto da licitação é viável tecnicamente e economicamente sem perda de escala.

Permissão para Participação de Consórcios:

Não: Por se tratar de fornecimento de serviço comum, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo conseqüentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades da prestação de serviço/operações/atividades exigem uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Permissão para Subcontratação:

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, pois deseja-se manter o controle sobre a qualidade e garantia dos bens fornecidos, além da execução direta dos serviços resultarem em economia de escala e redução de custos.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

O serviço a ser contratado será executado no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

ANEXO II

Planilha de Preços Unitários e Totais

GRUPO 01

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
1	22764	L200 CAB DUP TRITON SPORT GLS 2.4 16V 4X4 AUT	MITSUBISHI	2023	2024	RRB9E05	4.217,57
2	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 2.4 4X4 MANUAL	MITSUBISHI	2023	2024	RRB9E18	4.217,57
3	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 2.4 4X4 MANUAL	MITSUBISHI	2023	2024	RRB9G43	4.217,57
4	22764	TORO CABINE DUPLA ENDURANCE 2.0 16V TB 4X4 AUT	FIAT	2020	2021	QML5C61	3.625,48
5	22764	TORO CABINE DUPLA ENDURANCE 2.0 16V TB 4X4 AUT	FIAT	2020	2020	QMK8I85	3.638,30
6	22764	TORO CABINE DUPLA ENDURANCE 2.0 16V TB 4X4 AUT	FIAT	2020	2021	QML4F43	3.625,48
7	22764	TORO CABINE DUPLA FREEDOM 2.0 16V TURBO 4X2	FIAT	2016	2017	QKY0315	3.762,85
8	22764	AMAROK CAB DUPLA SE 2.0 16V TDI 4X4	VOLKSWAGEN	2017	2018	QMB5567	4.190,56
9	22764	SANDERO EXPRESSION 1.6 8V HI-POWER	RENAULT	2016	2017	QKY1396	2.183,33
10	22764	MASTER FURGAO 2.3 16V DCI	RENAULT	2023	2024	RRD8J36	4.093,53
Total							37.772,24

GRUPO 02

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
11	22764	CAMINHAO 710 PLUS 4X2	MERCEDES BENZ	2002	2002	HZX0709	3.898,97
12	22764	CAMINHÃO HYUNDAI - HD 80 3.0 16V	HYUNDAI	2022	2023	RPS8F27	5.095,03
Total							8.994,00

GRUPO 03

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
13	22764	MONTANA PICK-UP LS 1.4 ECONOFLEX	CHEVROLET	2020	2021	QMM4J17	3.308,55
14	22764	CAMINHAO F-4000 2.8 4X4 E5 TIPO (CUMMINS)	FORD	2017	2018	QMB9I32	5.350,57
Total							8.659,12

GRUPO 04

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
-------	---------	---------	-------	-----	-----	-------	--------------

15	22764	CAMINHAO CARGO 1317 E TURBO 4X2	FORD	2009	2009	IAH4413	4.377,80
16	22764	L200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GL 2.4 4X4	MITSUBISHI	2020	2020	QML3152	3.979,18
17	22764	PARATI 1.6 MI TOTALFLEX GIV	Volkswagen	2009	2009	JGS3171	1.812,77
Total							10.169,75

GRUPO 05

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
18	22764	KWID ZEN 1.0 12V FLEX	RENAULT	2020	2021	QMN4184	2.143,27
19	22764	CAMINHAO 13.180 E TURBO 4X2	VOLKSWAGEN	2009	2010	IAL6377	4.548,93
20	22764	CAMINHAO 13.180 E TURBO 4X2	VOLKSWAGEN	2009	2010	IAL6337	4.548,93
21	22764	CAMINHAO ATRON 1319 BLUETEC5 4X2	MERCEDES BENZ	2014	2014	QKQ5504	6.314,28
22	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 3.2 TURBO	MITSUBISHI	2017	2018	QMB4725	4.463,50
23	22764	MONTANA PICK-UP CONQUEST 1.4 ECONOFLEX	CHEVROLET	2009	2010	IAG5311	2.542,19
Total							24.561,10

GRUPO 06

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
24	22764	CAMINHAO 13.180 E CONSTELLATION 6X2.	VOLKSWAGEN	2009	2010	IAL6387	4.548,93
25	22764	CAMINHAO ATRON 1319 BLUETEC5 4X2	MERCEDES BENZ	2014	2014	QKQ5542	6.314,28
26	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 3.2 TURBO	MITSUBISHI	2017	2018	QMB3861	4.463,50
27	22764	MONTANA PICK-UP LS 1.4 ECONOFLEX	CHEVROLET	2020	2021	QMM1D17	3.308,55
Total							18.635,26

GRUPO 07

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
28	22764	CAMINHAO 13.180 E CONSTELLATION 4X2	VOLKSWAGEN	2009	2010	IAL6287	4.548,93
29	22764	CAMINHAO ATRON 1319 BLUETEC5 4X2	MERCEDES BENZ	2014	2014	QKQ5545	6.314,28
30	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 3.2 TURBO	MITSUBISHI	2014	2015	OXZ7088	4.128,07
31	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 3.2 TURBO	MITSUBISHI	2017	2018	QMB4686	4.463,50
Total							19.454,78
Total Geral							128.246,25

RESUMO		
GRUPO	ITENS	VALOR - R\$
GRUPO I	1 -- 10	37.772,24
GRUPO II	11 -- 12	8.994,00
GRUPO III	13 -- 14	8.659,12
GRUPO IV	15 -- 17	10.169,75
GRUPO V	18 -- 23	24.561,10
GRUPO VI	24 -- 27	18.635,26
GRUPO VII	28 -- 31	19.454,78
TOTAL		128.246,25

ANEXO III

MODELOS DE PLANILHAS DE PREÇOS

GRUPO 01

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
1	22764	L200 CAB DUP TRITON SPORT GLS 2.4 16V 4X4 AUT	MITSUBISHI	2023	2024	RRB9E05	
2	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 2.4 4X4 MANUAL	MITSUBISHI	2023	2024	RRB9E18	
3	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 2.4 4X4 MANUAL	MITSUBISHI	2023	2024	RRB9G43	
4	22764	TORO CABINE DUPLA ENDURANCE 2.0 16V TB 4X4 AUT	FIAT	2020	2021	QML5C61	
5	22764	TORO CABINE DUPLA ENDURANCE 2.0 16V TB 4X4 AUT	FIAT	2020	2020	QMK8I85	
6	22764	TORO CABINE DUPLA ENDURANCE 2.0 16V TB 4X4 AUT	FIAT	2020	2021	QML4F43	
7	22764	TORO CABINE DUPLA FREEDOM 2.0 16V TURBO 4X2	FIAT	2016	2017	QKY0315	
8	22764	AMAROK CAB DUPLA SE 2.0 16V TDI 4X4	VOLKSWAGEN	2017	2018	QMB5567	
9	22764	SANDERO EXPRESSION 1.6 8V HI-POWER	RENAULT	2016	2017	QKY1396	
10	22764	MASTER FURGAO 2.3 16V DCI	RENAULT	2023	2024	RRD8J36	
Total							

GRUPO 02

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
11	22764	CAMINHAO 710 PLUS 4X2	MERCEDES BENZ	2002	2002	HZX0709	
12	22764	CAMINHÃO HYUNDAI - HD 80 3.0 16V	HYUNDAI	2022	2023	RPS8F27	
Total							

GRUPO 03

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
13	22764	MONTANA PICK-UP LS 1.4 ECONOFLEX	CHEVROLET	2020	2021	QMM4J17	
14	22764	CAMINHAO F-4000 2.8 4X4 E5 TIPO (CUMMINS)	FORD	2017	2018	QMB9132	
Total							

GRUPO 04

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
15	22764	CAMINHAO CARGO 1317 E TURBO 4X2	FORD	2009	2009	IAH4413	
16	22764	L200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GL 2.4 4X4	MITSUBISHI	2020	2020	QML3I52	
17	22764	PARATI 1.6 MI TOTALFLEX GIV	Volkswagen	2009	2009	JGS3171	
Total							

GRUPO 05

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
18	22764	KWID ZEN 1.0 12V FLEX	RENAULT	2020	2021	QMN4I84	
19	22764	CAMINHAO 13.180 E TURBO 4X2	VOLKSWAGEN	2009	2010	IAL6377	
20	22764	CAMINHAO 13.180 E TURBO 4X2	VOLKSWAGEN	2009	2010	IAL6337	
21	22764	CAMINHAO ATRON 1319 BLUETEC5 4X2	MERCEDES BENZ	2014	2014	QKQ5504	
22	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 3.2 TURBO	MITSUBISHI	2017	2018	QMB4725	
23	22764	MONTANA PICK-UP CONQUEST 1.4 ECONOFLEX	CHEVROLET	2009	2010	IAG5311	
Total							

GRUPO 06

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
24	22764	CAMINHAO 13.180 E CONSTELLATION 6X2.	VOLKSWAGEN	2009	2010	IAL6387	
25	22764	CAMINHAO ATRON 1319 BLUETEC5 4X2	MERCEDES BENZ	2014	2014	QKQ5542	
26	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 3.2 TURBO	MITSUBISHI	2017	2018	QMB3861	
27	22764	MONTANA PICK-UP LS 1.4 ECONOFLEX	CHEVROLET	2020	2021	QMM1D17	
Total							

GRUPO 07

Ordem	CATSERV	Veículo	Marca	Ano	Mod	Placa	Seguro 24/25
28	22764	CAMINHAO 13.180 E CONSTELLATION 4X2	VOLKSWAGEN	2009	2010	IAL6287	
29	22764	CAMINHAO ATRON 1319 BLUETEC5 4X2	MERCEDES BENZ	2014	2014	QKQ5545	
30	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 3.2 TURBO	MITSUBISHI	2014	2015	OXZ7088	
31	22764	L200 PICK-UP CAB DUP TRITON GL 3.2 TURBO	MITSUBISHI	2017	2018	QMB4686	
Total							
Total Geral							

RESUMO

GRUPO	ITENS	VALOR - R\$
GRUPO I	1 -- 10	
GRUPO II	11 -- 12	
GRUPO III	13 -- 14	
GRUPO IV	15 -- 17	
GRUPO V	18 -- 23	
GRUPO VI	24 -- 27	
GRUPO VII	28 -- 31	
TOTAL		